

REFLEXÕES SOBRE TEORIAS E ESTUDOS DO CURRÍCULO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

THAÍS RUAS VIEGAS¹; VITÓRIA SCHIAVON DA SILVA²;
CAMILA LITCHINA BRASIL³; BRUNO DOS SANTOS PASTORIZA⁴

¹Universidade Federal de Pelotas – thaisruasviegas@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – vitoriaschiavondasilva@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – camilalitchina@hotmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – bspastoriza@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa inicial em nível de mestrado, tendo como objetivo realizar uma revisão bibliográfica sobre os principais estudos sobre currículo, de modo a sintetizar suas concepções históricas e contrapor com as reflexões atuais acerca dos estudos em currículo. Este texto está relacionado à pesquisa de mestrado que vem sendo desenvolvida e cujo foco está em estudar sobre o que há em termos de Química nos documentos curriculares atuais. Para isso é importante ter uma discussão sobre quais são os entendimentos de currículo, uma vez que surgiram diferentes concepções ao longo dos anos, que se apresenta de forma resumida no presente texto.

2. METODOLOGIA

Neste trabalho se utilizou de uma metodologia de revisão bibliográfica, cuja análise teve uma abordagem qualitativa, visto que, a inquietação com o processo é ainda maior do que com os resultados (LÜDKE e ANDRÉ, 2017).

Compreende-se a pesquisa bibliográfica como aquela que pode ser realizada com base em registros disponíveis a partir de pesquisas anteriores, artigos, livros, dissertações entre outros. Essa estratégia permite ao pesquisador uma análise em cima das contribuições de autores que realizaram pesquisas acerca das mesmas temáticas (SEVERINO, 2017). Como um delineamento de pesquisa, serão apresentadas algumas possíveis teorias de currículo com base na revisão bibliográfica realizada.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em um contexto histórico, o termo currículo foi mencionado pela primeira vez no ano de 1633, nos registros da Universidade de Glasgow, ao referirem-se à estrutura de um curso inteiro realizado pelos estudantes, conforme estudos realizados por LOPES; MACEDO (2011). Muito embora os estudos acerca do currículo não tenham sido originados naquele momento, nota-se a relação estabelecida entre currículo e organização estrutural e, até mesmo, a realização de um plano de aprendizagem.

Os estudos curriculares têm definido currículo de diferentes formas desde o início do século passado, e essas definições permeiam o cotidiano escolar (LOPES; MACEDO, 2011). Desta maneira, considera-se este documento como projeto integrado, de cultura e formação capaz de articular orientações pedagógicas e organizacionais (ALONSO, 1995).

Sob as vistas de ROLDÃO (2002), o referido documento é tido como um agrupamento de aprendizagens oportunizadas pela instituição escolar e, a partir dessas vivências, adquire-se conhecimento possibilitando o desenvolvimento de competências e ações práticas.

O currículo e a escola estabelecem uma relação basicamente obrigatória, muito embora tenham existido tentativas em aplicar o currículo em espaços não-escolares, foram destituídos em virtude da trajetória constitutiva da própria teoria de currículo (LOPES; DELBONI, 2018).

Conforme as discussões realizadas por MACEDO, LOPES; DELBONI (2018), o currículo pode ser compreendido como um dispositivo elaborado na e para a instituição escolar, levando em consideração os diferentes sujeitos e suas práticas educacionais, bem como as finalidades sociais que serão de responsabilidade à escola. Por um lado, tem-se teóricos que irão se atentar a finalidades sociais, semelhantes ao sistema fabril, enquanto que, existem perspectivas que são para a formação do sujeito a favor em um sentido mais amplo.

Relacionando o eficientismo com o progressivismo, Ralph Tyler diferenciava a divisão do currículo em quatro etapas: objetivos de ensino, seleção e criação de experiências de aprendizagem, organização destas vivências e, por fim, avaliação do currículo (LOPES; MACEDO, 2011).

Posteriormente, em 1918, Bobbitt teoriza sobre currículo que, para ele, pode ser visto como a racionalização de resultados educacionais, de forma rigorosa. Nessa perspectiva, os educandos devem ser “processados como um produto fabril”. Entende-se dessa forma, que esse discurso curricular requer a produção de objetivos e métodos para obtenção de resultados para que então possam ser mensurados. Ou seja, nota-se a necessidade de mensurar o conhecimento. Deste modo, Bobbitt, afirma que sob as vistas de um contexto tradicional da teoria, a definição de currículo teria sido então, descoberta por ele. (SILVA, 2005).

Deste modo, MACEDO (2017), corrobora afirmando que a visão de currículo nos Estados Unidos se apoia em discursos curriculares não disciplinares ao ponto que em que o conteúdo utilizado para o processo de aprendizagem torna-se a aprendizagem em si. Nesse contexto, essa organização curricular assemelha-se aos processos produtivos pós-fordistas.

Na proposta de Bobbit, o currículo é defendido com a função de preparar o aluno para vida adulta e ativa economicamente, e para isso se propõe um currículo direto e experiências indiretas. Conforme LOPES; MACEDO (2011), o eficientismo social, apesar do nome, não se detém em nenhum momento a discussões sobre conteúdos ou sobre suas importâncias enquanto formação dos educandos. Isso demonstra um desinteresse pela formação, visto que objetivos e tarefas são itens considerados centrais e que podem ser imbuídos em outros momentos.

Apesar disso, o progressivismo apresenta mecanismos sociais nos quais a educação irá se caracterizar pela tentativa de diminuir a desigualdade social originada pela sociedade urbana industrial, buscando promover a harmonia e a democracia em sociedade. Mediante isso, o progressivista reconhecido por abordar na elaboração do currículo aspectos sociais que promovam mudanças foi o John Dewey, defensor da relação entre a escola e o interesse dos alunos, com base nas experiências obtidas por estes educandos. Em tese, a definição de currículo através de progressivismo se baseia em uma aprendizagem como um processo contínuo, levando consigo todas as vivências obtidas, não somente uma preparação para a vida adulta. Para esse teórico, o ambiente educacional deverá propor às crianças situações/problemas presentes na sociedade, no entanto, possibilitando a solução destes de forma democrática, salientando a importância

na estimulação da criatividade. Com base nesta teoria, entende-se a divisão do currículo por meio de núcleos, sendo eles: as ocupações sociais, os estudos naturais e a língua (LOPES; MACEDO, 2011), desta forma se percebe a sugestão em dividir os núcleos como ciências humanas, ciências da natureza e linguagens.

Nas discussões realizadas por SILVA (2005) sobre as teorias marxistas, estas, por preconizarem as igualdades sociais, foram as responsáveis por realizarem as maiores críticas sobre a relação escola/currículo enquanto uma modalidade social e por relacionar diretamente as bases econômicas com as superestruturas existentes.

Responsável por fundamentar suas ideologias em teorias marxistas, mas, com enfoque em duas vertentes, Paulo Freire se baseia na fenomenologia, pois, esta se ampara nos sentimentos, vivências e consciência do saber humano sobre o mundo, além desta, o existencialismo que compreende a realidade em si do indivíduo como uma investigação filosófica. Com isso, Paulo Freire em sua obra “Pedagogia do Oprimido” aborda a possibilidade em associar o cotidiano dos sujeitos para tomada de decisões do currículo (SILVA, 2005).

Assim, de acordo com as ideias de AMORIM (2011), no campo da educação, compreender sobre currículo potencializa o desenvolvimento humano, ou seja, por atender grupos sociais e/ou comunidades. Nota-se que a partir de sua definição deveria ser possível a adaptação de conhecimentos necessários à formação dos educandos enquanto pessoas, em detrimento do que está sendo sustentado pela sociedade atual, a qual é direcionada para produção de bens para o capital, apenas (SANZOVO, 2020).

Atualmente, no Brasil, o currículo oficial é estabelecido por meio de competências e habilidades, e estas estão previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual, segundo SABÓIA; BARBOSA (2020) esperava-se que atuasse como uma política de Estado, sendo um documento guia capaz de abarcar as adversidades brasileiras. No entanto, quando se estabelece uma base curricular comum, delimita-se a necessidade do cumprimento de metas, abarcados por um selo nacional, ignorando os sujeitos, no caso, os educandos, prevendo os conteúdos necessários para obtenção de um conhecimento essencial a ser ensinado e aprendido, isto representa a intenção em padronizar o currículo como um molde único e obrigatório. A partir dessa premissa, LOPES (2015) reafirma a impossibilidade em elaborar um currículo comum para todas as escolas, pois o currículo precisa ser construído de forma adequada à realidade à qual a instituição está inserida, seus desafios e suas heterogeneidades.

Sendo assim, LOPES (2015) reflete sobre a importância das teorias do currículo, em virtude de ela estar marcada pela possibilidade da existência de uma base capaz de abarcar as decisões entre saberes e atividades voltadas ao ensino, com enfoque na transformação social e nos saberes universais.

4. CONCLUSÕES

De acordo com os dados apresentados, através da realização desta pesquisa bibliográfica sobre as teorias de currículo, destaca-se a importância em explorar e compreender os estudos do currículo como um conjunto de conhecimentos educacionais.

Através dos estudos mencionados, é possível acompanhar o desenvolvimento histórico do currículo escolar, percebendo que ele não apenas apresenta as disciplinas a serem trabalhadas. Nele constam também questões que influenciam

no processo de ensino e aprendizagem, na construção da consciência humana e científica dos estudantes, por exemplo.

Destaca-se desta maneira a importância em pesquisar esse tema, que possibilita refletir e discutir acerca da importância do currículo para a concretização de objetivos educacionais, que devem ser analisados e repensados para que o ensino-aprendizagem seja construtivo e coerente com a realidade de toda a comunidade escolar.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, L. **A construção do currículo na escola: uma proposta de desenvolvimento curricular para o 1º ciclo**. Porto: Porto Editora, 1995.
- AMORIM, M. G. R. Ser professor da Educação de Jovens e Adultos: da especificidade à formação humana. In: **Encontro brasileiro de educação e marxismo**. 5., 2011, Florianópolis.
- LOPES, A. C. DELBONI, T. O Currículo e seus Desafios na Escola Pública: práticas, políticas e atores. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 3, p. 719-721, 2018.
- LOPES, A. MACEDO, E. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.
- MACEDO, E. F. Fazendo a Base virar realidade: competências e o germe da comparação. **Retratos da Escola**, v. 13, n. 25, p. 39-58, 2019.
- ROLDÃO, M.C. **Professores e gestão do currículo**. Porto: Porto Editora, 2002.
- SABÓIA, V. S. M. Barbosa, R. P. Base nacional comum curricular: competências, habilidades e o planejamento escolar. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Revista Pemo*, v. 2, n. 1, p. 1-13, 2020.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2017.
- Tadeu, T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Autêntica, 2005.